

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0015058/2023	DATA DE ENTRADA	21/07/2023 13:26:47
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CP 02/2023

REQUERENTE	
PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá

Nº DO PROCESSO

0015058/2023

DATA ABERTURA

21/07/2023 13:26:47

REQUERENTE
PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA

ASSUNTO
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

COMPLEMENTO
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - CP 02/2023

A Ilma Autoridade Competente por intermédio da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Maricá

CONCORRÊNCIA Nº 02/2023

A **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.958.504/0001-07, com sede na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Santo Antônio, Belo Horizonte - MG, CEP 30330-250, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, I, b, da Lei 8.666/93 e do item 18.1, b do edital, apresentar tempestivamente **RECURSO** contra o ato que desclassificou a proposta da Recorrente, nos seguintes termos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 18.1 do edital, os recursos contra as decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data de lavratura de qualquer das atas à Comissão Permanente de Licitação para pronunciamento.

A publicação da ata de julgamento das propostas técnicas ocorreu no dia 14 de julho de 2023, sexta-feira, assim, o início da contagem do prazo para a interposição do presente recurso foi o dia 17 de julho de 2023, sendo **21 de julho de 2023** o prazo final (5º dia útil,) para a interposição de recurso contra o julgamento das propostas técnicas. Portanto, tempestivo o presente recurso.

II – FUNDAMENTOS DO RECURSO

Conforme os princípios gerais que regem a Administração Pública, constantes do art. 37 da Constituição da República:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Detalhando a Constituição, a Lei 8.666/93 confirmou a necessidade de observância de princípios aplicáveis especificamente à Administração Pública:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da

probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O julgamento das propostas técnicas ora sob análise ocasionou grave ofensa aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e do julgamento objetivo, em flagrante prejuízo à competitividade e, conseqüentemente, à escolha da proposta mais vantajosa à Contratante, conforme se demonstrará a seguir.

1. Quanto à aspectos pertinentes de classificação e habilitação

1.1. Da imediata inabilitação técnica da Up Soluções

De acordo com está claramente disposto na 8ª ata de realização da concorrência pública Nº 02/2023 PMM, datada de 14 de julho de 2023, às 15h20min, gerada pela Comissão de Licitação e assinada por todos os presentes, na sessão de abertura e conferência das propostas técnicas não identificadas para envio à Subcomissão Julgadora **verificou-se que a Proposta Técnica da Up Soluções incluía sua Proposta de Preços.**

Ora, isso fere totalmente o rito estabelecido no edital, regido pelo tipo Técnica e Preço e pela apresentação de Propostas Técnicas não identificadas, caracterizando uma circunstância em que a Up Soluções inverte as fases do processo licitatório e acrescenta previamente uma informação que ainda deveria estar velada. Essa condução é vedada pelo artigo 3º, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93.

Desta forma, entendemos que a Up Soluções deveria ter sido imediatamente excluída do certame, por tecnicamente inabilitada, e que sua proposta técnica não deveria ter sido, sequer, avaliada. Mesmo que esse aspecto tenha passado inicialmente despercebido e que a Up Soluções tenha avançado para a outra etapa da licitação, o princípio da legalidade requer que ***sua classificação seja desconsiderada, bem como sua nota técnica, e que a licitante seja imediatamente retirada da concorrência.***

1.2. Da dúvida quanto à apresentação, nas propostas técnicas das concorrentes Lira e Coopas, dos Atestados exigidos no item 9.4.4.6.3 do edital

Não conseguimos identificar, nas cópias disponibilizadas das propostas técnicas das duas concorrentes, a existência dos atestados que, de fato, atendam à seguinte especificação: Experiências de referência da licitante - apresentação de atestados técnicos que mostrem seus resultados e prestação de serviços, à guisa de informações quanto à sua "comprovação da experiência profissional em televisão", acompanhados de dois relatos, para atender ao item 9.4.4.7. Como parte do material disponibilizado indicava a presença de links de acesso a documentos que não estavam acessíveis às demais licitantes, pedimos encarecidamente à Comissão de Licitação que esclareça quanto a esse aspecto, considerando que se trata de ponto importante e que pode levar à desclassificação de um concorrente.

2. Das notas conferidas à concorrente Partners

- No quesito 2 – **Solução de Veiculação**, as próprias palavras elogiosas da douta Subcomissão Técnica ensejam nossa solicitação de que a nota da Partners, no respectivo quesito, seja revista e majorada, para preservar a equidade e isonomia no julgamento. Vejamos: no Subquesito 1, onde é avaliado o estudo de alternativas de transmissão por meio da internet, a douta subcomissão pontuou, em sua análise, que a proposta técnica da Partners denota ***"robusta solução de veiculação, demonstrando seu domínio neste quesito e conhecimento das plataformas e recursos disponíveis"***. (grifos nossos) Contudo, apesar disso, a licitante foi penalizada em 6 pontos dos 23 possíveis, quedando com nota final 17.

Já no subquesito 2, no qual se avalia o "Levantamento dos custos para infraestrutura de transmissão", a douta subcomissão técnica voltou a reconhecer a excelência da proposta técnica da Partners, ao estabelecer que a empresa ***"apresentou, ainda, infraestrutura de transmissão e planejamento de veiculação com os canais oficiais de Prefeitura de Maricá"***. Apesar disso, porém, retirou da Partners 2 dos 13 possíveis (Nota final 11).

- A subcomissão entendeu, ainda, que faltou à Partners detalhar de onde será extraído e como será feito o preenchimento da faixa de conteúdo gratuito, porém, em nossa metodologia de atendimento, deixamos claro que a Partners conduz a atenção a cada cliente de forma customizada e adequada a sua realidade. Oferecer conteúdo aleatório poderia parecer, aqui, uma solução fácil, como fizeram, por exemplo, a concorrente Lira, ao oferecer conteúdo de acervo próprio, mas sem esclarecer como será equacionada a questão do pagamento de direitos sobre esses conteúdos, ou a concorrente Coopas, que oferece conteúdo gerado por universidades federais do Nordeste que, mesmo que sejam excelentes, podem não ser adequados à realidade local ou não ter tropismo com a linha de interesse da população de Maricá e região. Por outro lado, ao conhecer, de fato, a realidade e necessidade do cliente, em sua imersão inicial pós contratação, não é difícil para a Partners montar uma grade complementar realmente vibrante e atraente, obtendo conteúdo adequado e efetivamente gratuito com parceiros e, até mesmo, abrindo espaço para veiculação, sem custos, aos produtores locais que hoje, eventualmente, pagam para veicular suas produções. Ao propor esse detalhamento na pós-contratação, a Partners não deixa de atender ao quesito: ao contrário, foge do risco da superficialidade e da inadequação.

Destarte, restou a Partners suprimida, apenas no Quesito 2, em 8 pontos do total possível de 43, o que inegavelmente prejudica a recorrente, ainda que sua proposta técnica tenha sido avaliada com qualificativos como “robusta” e “demonstrando domínio” e “conhecimento” dos requisitos avaliados. Acreditamos, portanto, que é pertinente solicitar respeitosamente que a nota técnica da Partners no Quesito 2 seja revista e bastante majorada, apresentando valor numérico mais coerente com a avaliação muito positiva expressa pela subcomissão técnica.

- Quanto ao **Quesito 3 – Relação Custo X Benefício**, em relação à nota técnica atribuída à Partners, cremos que houve, por parte da Subcomissão Técnica, um equívoco de interpretação que a levou a, mais uma vez, penalizar excessivamente a Partners, conferindo-lhe apenas 8 dos 14 pontos possíveis. Nossa argumentação se baseia no seguinte: ao avaliar a proposta técnica da recorrente neste quesito, a douta subcomissão técnica pontuou que:

“A licitante cita no item 3.2 a hipótese de construção de um estúdio em Maricá em um espaço que seria cedido pela Prefeitura, porém esta possibilidade não está em nenhum momento descrita em edital e não há previsão, por parte da administração pública, em se comprometer com tal feito.”

Porém, para que reste clara a linha de raciocínio seguida pela Partners, respeitosamente pedimos a atenção da subcomissão aos itens do edital destacados a seguir, que estabelecem que os critérios de julgamento da Proposta Técnica:

Segundo o item 10.1., subitem 3.2 – São avaliados: **“Otimização dos recursos financeiros destinados para cada ação proposta; Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos de a Produção e distribuição de conteúdo audiovisual** para produção de vídeos a serem veiculados internamente e externamente em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais ou mídias sociais expostas no Briefing e das ações propostas.” (grifos nossos).

Esclarecendo ainda mais essa posição, o edital reza, em seu item referente ao conteúdo da Proposta Técnica no Quesito 3, Relação Custo/Benefício, que:

9.4.4.5. O Quesito 3 – Relação Custo/Benefício será composto por 02 (dois) subquesitos:

- a) Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização;
- b) **Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Ação.** (grifos nossos)

E segue o edital:

9.4.4.5.1. Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Subcomissão Técnica julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta;
- b) Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos e ações propostos.

9.4.4.5.2. Maximização do custo/benefício na implementação de plano de Produção e distribuição de conteúdo audiovisual para produção de vídeos na televisão ou mídias sociais - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Subcomissão Técnica julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Otimização dos recursos financeiros destinados para cada ação proposta;
- b) Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos de expostos no Briefing e das ações propostas. (grifos nossos)

Assim, atenta a essas solicitações, a Partners alinhou em sua proposta técnica uma série de soluções tecnológicas e de melhor aproveitamento de recursos técnicos e humanos, para apresentar uma solução devidamente adequada à expectativa da Prefeitura de Maricá. E, dentre essas muitas sugestões, inseriu a seguinte:

"a) Proposta de infraestrutura e logística operacional

Quanto a esse item, *concebemos a utilização de estúdio por 5 horas por dia, por 22 diárias mensais, o que é suficiente para a produção de toda a grade proposta* nesse ambiente. *Contudo, uma possibilidade a discutir, após a contratação*, seria a disponibilização de um espaço da própria municipalidade para a montagem de um estúdio, com isolamento acústico e fundo *Chroma Key*, aparelhado com material cedido por nossa empresa, que o retiraria após o fim do contrato. Além da otimização de custos e do ganho em escala, nos médio e longo prazos, outra vantagem da solução própria é que o Gabinete do Prefeito e as demais secretarias poderiam utilizar a estrutura, no horário ocioso, para implementar outras estratégias da sua comunicação institucional, como a transmissão de *lives*, gravação de vídeos de interesse das Secretarias etc. (grifos nossos)"

Observe-se que a Partners não se exime de fazer os cálculos referentes ao aluguel diário de estúdio externo pelo número de horas necessárias à produção da grade de programação prevista, e em nenhum momento condiciona a sua prestação de serviço à criação dessa infraestrutura própria. Apenas, atendendo ao critério de "Otimização dos recursos financeiros" destinados para cada ação proposta, ponderou, com base em sua experiência e nas possibilidades de melhor utilização do recurso público, que "uma possibilidade a considerar, após a contratação" seria a criação de um estúdio próprio em Maricá, em espaço público, *se fosse de interesse da municipalidade.* Ao fazê-lo, a recorrente ressalta que, desta forma, a atual gestão poderia aproveitar o horário ocioso da infraestrutura e equipamento já instalados para outras finalidades, de acordo com o seu melhor interesse de produção de outros materiais audiovisuais necessários à Administração Municipal. Trata-se, portanto, tão somente de uma hipótese que busca atender aos critérios propostos, já que a Administração Municipal espera, dos licitantes, sugestões criativas e práticas para melhor aproveitamento e otimização de todos os recursos disponibilizados para o atendimento do contrato. *E, assim sendo, não cabe a penalização e redução da nota técnica da recorrente por essa questão, merecendo a Partners, ainda nesta oportunidade, a revisão, para maior, de sua nota técnica.*

3. Quanto às notas conferidas às concorrentes Coopas e Lira

Assim como entende que suas notas foram avaliadas com excessivo rigor e que sua pontuação final deve ser revista para cima, por ter sido prejudicada indevidamente em sua classificação, a Partners, respeitosamente, considera que, em nome da equidade e da isonomia do processo licitatório, as notas conferidas às concorrentes Coopas e Lira merecem severa revisão e redução em vários pontos que passa a expor a seguir, com base nas próprias avaliações da subcomissão técnica.

3.1. Licitante Coopas

Quesito 1 - Solução de Produção

No quesito 1, a douta subcomissão retirou, apenas, dois pontos da licitante (que ficou com nota final 23), embora tenha escrito que: "O conceito da revista, apesar de parecer adequado em um primeiro momento, *não possui tanta viabilidade*, uma vez que dependeria da disponibilidade do Cine Henfil, que possui atualmente um cronograma diário de exibições de filmes todos os dias, *o que impactaria diretamente na produção do quadro*" (grifos nossos).

Ora, o julgamento comprova que a concorrente Coopas certamente não alcançou a meta de atender ao item 10.1 do

edital, que estabelece que os licitantes deveriam demonstrar: “Capacidade de estabelecer relação entre o descrito na situação base e o desafio de implantação do canal de TV exposto no Briefing” e oferecer uma “proposta de grade de programação”, evidentemente, atendendo a todas as expectativas da Prefeitura de Maricá. Na medida em que ofereceu uma alternativa de produção que “não tem tanta viabilidade”, e que “impactaria diretamente a produção do quadro”, o que se atesta é que, **de fato, a proposta técnica da concorrente Coopas é, efetivamente, inviável nesse aspecto**, pois toda a sua solução para produção da Revista Cultural utilizou, como elemento base, a estrutura do Cine Teatro Municipal Henfil, não como alternativa, mas como cenário principal. Assim, o possível impedimento de utilização deste espaço prejudicaria não só a identidade e a unidade do produto, mas também sua execução; e isso impactaria de forma significativa a grade de programação. Na verdade, para qualquer empresa que conheça os meandros de uma produção audiovisual tão grande e complexa quanto a desejada pela Prefeitura de Maricá, uma avaliação desta natureza deixa clara **a real inadequação do que é proposto, pois a produção passaria por percalços constantes que acabariam por impedir sua continuidade**.

Assim, ainda que, de acordo com a subcomissão, a concorrente tenha atendido a todos os demais aspectos julgados neste quesito, pelos critérios estabelecidos na tabela do item 10.1 do edital, a nota técnica da Coopas, no quesito 1, jamais poderia ser 23, próxima da plena adequação - **mas, no máximo, 18 pontos, por ter se mostrado, apenas, “parcialmente adequada”**, como indicado na figura abaixo, extraída do edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8611/2022
Data do Início	27/06/2022
Folha	555
Rubrica	

QUESITO 1	PONTUAÇÃO	MÁXIMA	25	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
Solução de Produção	Adequado		25	Compreensão da situação e do contexto expostos no Briefing; Entendimento sobre os objetivos de implantação do canal de TV expostos no Briefing; Capacidade de estabelecer relação ente o descnto na situação base e o desafio de implantação do canal de TV exposto no Briefing. Proposta de vídeos e programas
	Parcialmente adequado		18	

Quesitos 2 e 3 - Solução de Veiculação e Relação Custo/Benefício

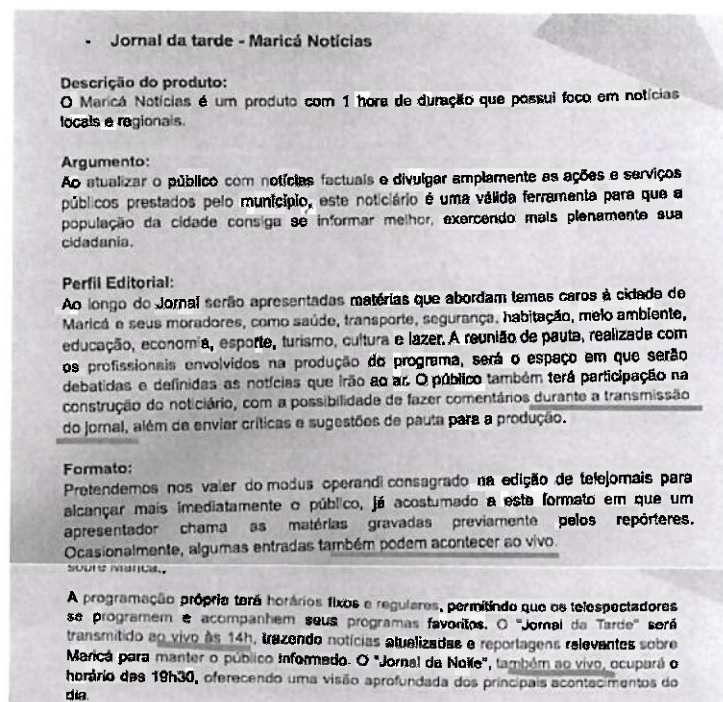
Confessamos que nos surpreendeu que a Partners tenha sido agraciada com nota 17 no sub quesito 1 do Quesito 2, e a Coopas, com 21 pontos (ou seja, bem perto da nota máxima de 23), quando a própria subcomissão indica duas falhas gravíssimas na proposta da concorrente: “Inicia com uma reprise completa da programação do dia anterior, **o que pode ter baixo interesse em um momento importante para a captura da audiência.**”; e que a programação proposta “**não detalha tanto a relação e diversidade dos conteúdos pretendidos**”. (grifos nossos)

Destaque-se que a avaliação da subcomissão deixa claro que **o conteúdo proposto pela concorrente é pobre, com pouca diversidade e variabilidade** – muito ao contrário da proposta da Partners, que foi elogiada pelo amplo conhecimento de toda a diversidade de Maricá em seus aspectos socioeconômicos, históricos, turísticos e outros, como indicados em sua proposta de programação. E que sua dinâmica de veiculação passa por “encher a grade de programação” de forma aleatória, com **conteúdo repetido que certamente não será de interesse da população, dando ao canal uma conotação enfadonha que afastará o espectador**. Por oportuno, pergunta-se: diante de uma falha tão evidente, que compromete todo o processo de construção da veiculação, o que justifica os 21 pontos

conferidos? Acreditamos que faz-se mister que a nota da concorrente seja revista para baixo, também nesse aspecto.

Observe-se que a ideia de "repetição da programação já feita" volta a surgir como argumento no Quesito 3, Relação Custo/Benefício, em que, de acordo com a subcomissão, a concorrente apresenta essa hipótese como **"um dos métodos que eles alegam para otimizar recursos"**, ou seja: insiste a concorrente na estratégia de "encher a grade" de conteúdo datado e desinteressante, porque já defasado, quando deveria oferecer outras soluções mais criativas e efetivas para otimização de recurso, como solicitado no edital. ***Desta forma, não demonstra compatibilidade da proposta com o que pretende a Prefeitura de Maricá com a contratação em questão, o que demanda que a pontuação conferida (nota 6), seja revista, para baixo.***

- ***Outro ponto falho na Solução de Produção da Coopas é a falta de especificidade em diversos pontos cruciais para sua proposta.*** No Jornal da Tarde - Maricá Notícias, ainda que o edital não especifique que os programas precisam ser ao vivo, a cooperativa o sugere: sem detalhar, porém, como se daria a participação do público e a interação com este. A esse respeito, a Coopas apenas comenta que "haverá transmissão pelas redes sociais", resultando na sensação de que a grade de jornalismo sofre, na concepção da produtora, uma hibridização negativa com a grade de programação convencional.



- Quanto ao Jornal da Noite - Jornal de Maricá, em seu Perfil Editorial, a concorrente argumenta que a grade contará com a produção de "reportagens especiais" que seriam "mais bem produzidas". Esse é uma pré-qualificação que chama a atenção, negativamente. O que significa, de fato? Que as reportagens do Jornal da Tarde terão produção inferior? Como fica a qualidade da programação, diante dessa hierarquização? Além do mais, esta definição é bastante subjetiva, pois não delimita a quantidade de fontes ou nível de pesquisa e investigação de um assunto. Portanto, trata-se de uma fragilidade importante na proposta da Coopas que também exige uma revisão, para baixo, de sua nota técnica, neste quesito. Importante levar em conta que o termo "especial" é muito usado como "algo extraordinário", porém, a repetição diária torna-o bastante ordinário. Uma delimitação da profundidade com a qual se quer abordar um assunto poderia ter dado mais assertividade a este item. Do contrário, é só enfeite: e não merece ser considerado para uma nota tão alta.

Além das matérias factuais, o Jornal da Noite também exibirá séries de reportagens especiais. Reportagens mais bem produzidas permitem uma variação de formato que agrada ao público. Elas ainda possibilitam um aprofundamento dos assuntos tratados, uma vez que vários aspectos de um mesmo tema podem ser abordados e, posteriormente, discutidos pelos entrevistados. Este é um formato que também abre espaço para o debate sobre temas não factuais.

- Há também pouca substância e esclarecimento da Coopas sobre a produção dos quadros “Na Minha Rua” e “Fala com a Gente” (que também dependeria da estrutura do Cine Henfil), pois a concorrente não esclarece sobre a estrutura “fixa” que pretende disponibilizar, nos quadros em questão. Pelo descrito, têm-se a sensação de que o quadro ficará completamente dependente da participação do público, inclusive com relação aos equipamentos, o que pode se tornar um dificultador tanto pela qualidade do material quanto pela falta de interação. Para o Jornal da Tarde, as propostas dos quadros “Maricá melhor”, ressaltando alguma “iniciativa do município” e “Construindo Maricá”, apresentando obras públicas em andamento, têm uma característica restritiva que pode levar à escassez de assunto e ao esvaziamento negativo da temática.

- **Os horários da grade de programação e parcerias propostas pela Coopas são muito equivocados e dão testemunho, como os itens anteriores, da fragilidade em sua proposta de programação.** Vejamos: Jornal da Tarde, 14h (horário de pouco interesse, pois as pessoas já voltaram a trabalhar); Revista cultural - Sexta-feira, 17h (dia e horário de pouco interesse). As parcerias com outras Instituições também levam à dúvida pertinente se a informação que a Coopas disponibilizará terá alguma importância, dado o foco da programação que, segundo o edital, deveria ser sobre temáticas relativas à Maricá e região (Alguns exemplos citados pela concorrente: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Paraná, TV Bahia e outros).

- **Quanto aos equipamentos, equipe e infraestrutura descritos, os quantitativos da Coopas também deixam muitas dúvidas e pontos obscuros.** Um deles é a equipe de 47 pessoas, porém, com uma equipe de externas que conta, apenas, com 2 Cinegrafistas e 2 operadores de áudio, e uma equipe de Pós-produção com 4 Editores e 1 Coordenador. Considerando os tempos de deslocamento e para realização das tomadas e entrevistas necessárias para a produção das matérias, como a Coopas pretende ter material suficiente para ocupar a grade de programação, contando com uma equipe tão pequena?

A título de comparação, a Partners propõe uma equipe bem mais condizente com a realidade, **demonstrando que a Coopas, de fato, baseou toda a sua estratégia de otimização de custos em uma produção mínima e em constantes reprises**, como se pode verificar no fato de terem incluído, na proposta técnica, apenas um exemplo de grade de programação, da segunda-feira, **sugerindo a reprise completa da grade do dia anterior, das 7 às 14h.**

Por fim, cabe destacar que as quatro ilhas de edição e as três câmeras listadas pela Coopas são datadas de 2018 (Processadores 8ª geração nas ilhas e data de lançamento da Câmera). Considerando que estamos em 2023 e que há uma proposta de utilização intensa do equipamento por cinco anos de contrato, a possibilidade de problemas recorrentes de manutenção é bastante real. Comparativamente, os equipamentos listados pela Partners são todos novos e de última geração. Todos esses itens, se devidamente considerados, indicam, de forma cabal, a necessidade de redução da nota técnica conferida à licitante.

3.2. Licitante Lira

Quesito 1 – Solução de Veiculação

A douta subcomissão conferiu à concorrente Lira pontuação máxima neste item (25 pontos). Contudo, talvez pela compreensível dificuldade de avaliar, em profundidade, um material tão extenso em tão pouco tempo, aparentemente o julgamento deixou de atentar para algumas falhas técnicas importantes, que consubstanciam nosso pedido de que a nota desta concorrente também seja revista para baixo. Os elementos que justificam essa solicitação estão apresentados a seguir:

- **A Proposta Técnica da Lira tem diversos pontos confusos e contraditórios, que dificultam a inteligência do que a concorrente, de fato, propõe.** Um desses pontos já aparece na primeira parte de sua Solução de Produção, na pág.

1, quando a concorrente afirma que **implementará uma Revista Cultural com duração de 10h, nos sete dias da semana**. Com essa proposta, ela não só extrapola e muito o descrito no item 3.3.2 do edital, como também afirma algo que inviabiliza a manutenção da programação. Além disso, se implementada, essa seria uma grade totalmente incompatível com o perfil de publicações periódicas, do tipo revista. Como o próprio edital especifica, a veiculação semanal (ou seja, uma vez por semana) com duração de 1h30 atende ao que se propõe para uma revista cultural. Como uma de suas características, a publicação do tipo revista pode ser quinzenal, mensal ou até mesmo cumprir uma sazonalidade específica. Estes últimos não são o caso, mas servem para exemplificar que o propósito da revista não é, jamais, a veiculação diária. Caso contrário, a nomenclatura do formato estaria errada.

Mas vale salientar que a proposta da Lira é incoerente em muitos momentos, e esse quesito é apenas um deles. *O que está elencado na pág. 1 vai de encontro ao que é descrito na página 9, item 1.1, em que faz referência à denominada Revista Cultural Mais Maricá. Neste, afirma que a programação será semanal e terá 2h de duração* (somente nessa página ela entra parcialmente em conformidade com o edital - fase 2, item 2.1.4). Assim, restam as questões: qual é, de fato, a proposta que será colocada em prática? Veiculação diária, totalizando mais de 10h nos sete dias da semana, ou veiculação semanal? Mesmo considerando os aspectos positivos colocados pela subcomissão técnica nesse quesito, não há um consenso para entendimento claro no todo da proposta apresentada, **o que enseja uma qualificação como, apenas, parcialmente adequada, como dita o item 10.1 do edital, com pontuação máxima de 18 pontos.**

- A construção de toda a proposta de veiculação da Lira Filmes foge ao objetivo do edital, e parece centrada em um conteúdo de cunho excessivamente nacional e internacional, desconsiderando o objetivo central de contemplar, primar e valorizar o que está em Maricá e região. Em momento algum, mantém destaque nas notícias de Maricá ou se atém às personalidades locais, à importância e relevância do município, ou à valorização da cultura maricaense. Na sua proposta para o Jornal da Tarde, afirma que o Debate trará notícias do mundo (mesmo fazendo correlação destas com impactos municipais), com deslocamento, inclusive, de repórteres em outros países. E basta que citemos alguns aspectos para demonstrar, cabalmente, a inviabilidade do que é mencionado.

Em primeiro lugar, por mais que, como diz a subcomissão, perceba-se que houve “estratégia e pensamento na construção” da programação proposta, o foco expresso no edital é local e regional, quando muito, com rápido olhar pelo nacional, pois o objetivo é levantar e divulgar questões que impactam o cotidiano local. **A Lira não atende essa especificação e cria uma proposta exagerada que, por mais que pareça grandiosa, se aproxima mais do noticiário de uma grande TV aberta do que de uma editoria local.** Segundo: **a proposta contraria totalmente a ideia geral de maximizar a abrangência da veiculação, mas com redução de custos, o que de fato não aconteceria com deslocamento internacional de equipe**, ainda que a produtora possa ter contatos no exterior dos quais lançaria mão.

E, em terceiro lugar, apesar do edital não mencionar a necessidade do Debate três vezes na semana, ir além poderia ser até um ponto positivo: mas, apenas, se o foco destes debates não contrariasse o objetivo geral da linha editorial determinada para a grade de jornalismo do veículo, o que infelizmente ocorreria se a proposta da Lira fosse colocada em prática, já que se trata de uma proposta de produção tão alienada de Maricá que sequer propõe comentaristas locais, ou menciona a produção de matérias regionais/locais.

O mesmo acontece quando nos deparamos com a proposta do Jornal da Noite, em que o edital não menciona notícias internacionais (por todos os motivos já citados) e a empresa afirma que as trará, dando enfoque - inclusive, nos 30 minutos finais - à possibilidade de entrevista com personalidade “nacional”. Complementarmente, a Lira afirma que pode haver eventual presença ao vivo de repórteres e se refere à “lives” mas, não especifica como pode cumprir o que o cliente pede, nem estabelece um detalhamento maior sobre o determinado item “3.2.5 Produção de vídeo de cobertura ou transmissão ao vivo de evento com até 60 min de duração”, denotando uma solução incompleta.

- Por fim, cabe um questionamento à oferta da Lira de obras de um catálogo próprio que será disponibilizado para a faixa de Programação de conteúdo, levando a subcomissão a considerar que a proponente faz, por isso, “bom uso do princípio da economicidade”. **Contudo, como já citado, não fica clara qual será a condução que a Lira adotará em relação aos direitos autorais referentes a esse acervo, e se sua veiculação não gerará, de fato, custos adicionais à municipalidade de Maricá por direitos legalmente assegurados de terceiros.**

Quesito 2 - Solução de Veiculação

Neste item, na página 17 da proposta da Lira, há uma referência à utilização do software vMix como solução imediata para transmissão via web. Entretanto, a concorrente não especifica se tem ou não a detenção de licença vitalícia ou, ao menos, temporária para uso do software em questão.

No item 1.2, páginas de 11 a 13, com apresentação da sua equipe técnica, a Lira não faz menção a um apoio com time de transcrição de legenda ou Libras, por exemplo. Uma vez que o material terá exibição em diversas plataformas, há que se pensar em abrangência de público, garantindo acessibilidade a todos.

Quesito 3 - Relação Custo/Benefício

Apesar da avaliação positiva da proposta apresentada pela Lira Filmes, considerando-a “robusta”, em conformidade com as planilhas apresentadas nas páginas 22 e 23, já comprovamos que a ênfase excessiva em uma grade nacional e internacional (tendo em vista que deixa clara na sua propositura a presença de repórteres em diversas localidades do MUNDO), além da afirmação de que lançará mão de mais de um apresentador em vários momentos, mostra-se, mais uma vez, contrária ao que é apresentado como “custos” finais. Há que se pensar que, na prática, ou a manutenção da grade proposta pela Lira ficará inviável, ou perderá em qualidade do material e profissionais apresentados, com retorno minimizado para a municipalidade de Maricá. Neste aspecto, a Partners agiu de forma muito mais precisa, garantindo em toda sua proposta uma adequação ao que é pedido e ao que será apresentado, com gabarito comprovado pela qualidade de sua carteira de clientes.

III - DOS EFEITOS DAS MÁCULAS APRESENTADAS PARA FINS DE CERCEAMENTO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Consoante detalhadamente demonstrado nos itens antecedentes, o julgamento das propostas técnicas se deu de forma parcial, deixando subjetivismos indevidos o macularem de vícios, o que é vedado pelos princípios constitucionais e legais que regem a atuação da administração pública, especialmente o princípio do julgamento objetivo.

Ao desrespeitar a normativa vigente, o ato de classificação das propostas técnicas tratou os licitantes de forma desigual, ocasionando, assim, um flagrante desequilíbrio no certame, em prejuízo aos direitos da Recorrente.

O tratamento diferenciado, ocorrido na situação presente, violou diretamente o princípio da isonomia ocasionando, por sua vez, ofensa direta aos princípios da legalidade e da impessoalidade.

Ao ofender a isonomia, o ato de classificação das propostas violou a impessoalidade, a legalidade, e o julgamento objetivo, violações essas, por sua vez, que acarretaram impedimento insuperável ao dever da Administração Contratante de garantir a competitividade do certame. A licitação necessariamente demanda competitividade, pois do contrário estar-se-á diante de contratação direta disfarçada.

Portanto, a reanálise das propostas técnicas pela douta Subcomissão Técnica apresenta-se imperiosa, pois é o único meio de assegurar a isonomia, a competitividade e um julgamento verdadeiramente objetivo nos termos preconizados pelas normas jurídicas aplicáveis.

IV – CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, considerando que o julgamento dado à proposta técnica apresentada pela Partners contém máculas que desvirtuam sua finalidade e o tornam ilegal, requer:

- a) seja o presente recurso recebido e processado para que se determine a **REAVALIÇÃO** do ato de classificação das propostas técnicas, **ACRESCENTANDO** pontos à proposta da Recorrente, nos aspectos indicados ao longo do Recurso, de modo que sua nota seja majorada;
- b) como consequência de um julgamento revisado, que a pontuação atribuída às licitantes Coopas e Liras seja reduzida, refletindo a reanálise objetiva e isonômica dos critérios tratados nesse Recurso, preservando-se, assim, a legalidade do certame em questão e, consequentemente, a segurança jurídica do futuro contrato administrativo a ser celebrado.

Alternativamente, requer-se a nulidade do presente certame com a consequente republicação do edital, de modo que no julgamento das propostas técnicas sejam subtraídas as avaliações parciais equivocadamente verificadas no caso em apreço.

Caso não seja este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento do presente recurso à autoridade superior, para que aprecie seu mérito.

Nestes termos,
PEDE PROVIMENTO.

Belo Horizonte – MG, 21 de julho de 2023.

DAVID GONCALVES DE ANDRADE
SILVA:61099422604

Assinado de forma digital por
DAVID GONCALVES DE ANDRADE
SILVA:61099422604
Dados: 2023.07.21 11:23:15 -03'00'

DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA
OAB/MG nº 52.334 | OAB/SP nº 160.031-A | OAB/DF nº 29.006
CPF nº 610.994.226-04

ANA FLÁVIA PATRUS
OAB/MG 98.000
CPF nº 037.730.486-70

PROCURAÇÃO

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 13058/23

Data de Início: 21/07/23

Rubrica: [assinatura] Fls: 13

OUTORGANTE:

PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.958.504/0001-07, estabelecida na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30330-250, devidamente representada neste ato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados sócios abaixo identificados, da **ANDRADE SILVA ADVOGADOS**.

OUTORGADOS:

David Gonçalves de Andrade Silva, OAB/MG nº 52.334, OAB/SP nº 160.031-A e OAB/DF nº 29.006; **Ivo Neri Avelar**, OAB/MG nº 108.669 e OAB/DF nº 47.203; **Letícia Caram André e Rocha Miranda**, OAB/MG nº 82.766 e OAB/DF nº 47.635; **Rodrigo Rocha de Sá Macedo**, OAB/MG nº 139.463 e OAB/DF nº 57.528; **Bianca Dias de Andrade**, OAB/MG nº 151.517; **Marcela de Farias Velasco**, OAB/MG nº 178.114; **Elis Christina Pinto**, OAB/MG nº 119.289; **Isadora Soares Miranda**, OAB/MG nº 163.944; **Lucas Moreira Gonçalves**, OAB/MG nº 175.702; **Aldemir Pereira Nogueira**, OAB/DF nº 31.949; **Renatha Amaral Silva**, OAB/MG nº 200.811; **Bárbara Poline Mendes Oliveira**, OAB/MG nº 179.281; **Ailton Pereira de Souza Filho**, OAB/MG: 207.494 e **Bruna Vieira dos Santos**, OAB/MG 212.851.

ENDEREÇO PROFISSIONAL:

ANDRADE SILVA ADVOGADOS, estabelecida em **Belo Horizonte - MG**, sob o CNPJ/MF nº 03.257.991/0001-80 e com registro na OAB/MG sob o nº 905, na Avenida do Contorno, nº 3.800, 10º Andar, Ed. João Gasparini, Funcionários, CEP 30110-022, e estabelecida em **Brasília - DF**, sob o CNPJ/MF nº 13.336.448/0001-22 e com registro na OAB/DF sob o nº 1729/10-RS, no SGAN Quadra 601, Bloco H, Conj. 2068, Ed. ÍON, Asa Norte, CEP 70830-018.

PODERES:

Em conjunto ou separadamente, atuar no foro em geral, especialmente para representá-la no processo licitatório em epígrafe, até final instância, praticando todos os atos necessários, e também os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, por tempo determinado, perdurando até 12 meses.

Belo Horizonte - MG, 28 de fevereiro de 2023.

DINO BASTOS
Assinado de forma digital por DINO BASTOS
SAVIO:01441093605
093605
Dados: 2023.03.01 14:20:24 -03'00'

PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.
CNPJ nº 03.958.504/0001-07